



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13215 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

O NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO ACRE: ANÁLISE A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DAS ESCOLAS-PILOTO

Prof. Adriana Martins de Oliveira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Francisca do Nascimento Pereira Filha - UFPR - Universidade Federal do Paraná

O NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO ACRE: ANÁLISE A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DAS ESCOLAS-PILOTO

Resumo:

Este trabalho analisa os primeiros movimentos da implementação no Novo Ensino Médio no estado do Acre, a partir da experiência das escolas-piloto. Trata-se de uma pesquisa de campo, com a realização de questionários e entrevistas com e professores, gestores, coordenadores de ensino e coordenadores pedagógicos. Em se tratando da interpretação e análise dos dados, utilizou-se como referencial teórico as formulações de Basil Bernstein (1996; 2003) no que diz respeito ao movimento de recontextualização. Por recontextualização, compreende-se o processo de apropriação dos documentos normativos oficiais da reforma por meio dos quais os sujeitos das escolas descontextualizam e atribuem outros sentidos, produzindo novas práticas discursivas e pedagógicas por vezes diferentes das originais. Para análise dos dados foram utilizadas as categorias flexibilização curricular, protagonismo juvenil, projeto de vida e empreendedorismo, definidas a priori, a partir da leitura dos documentos normativos nacionais da reforma do Ensino Médio. Os resultados apresentam a existência de movimentos de recontextualização das proposições existentes nos documentos normativos nacionais da reforma pelos sujeitos das escolas-piloto ao atribuírem significados próprios aos sentidos, às finalidades, orientações e prescrições dos documentos normativos oficiais.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Lei 13.415/17; Reforma do Ensino Médio; Recontextualização.

INTRODUÇÃO

A atual reforma do Ensino Médio está atrelada a um contexto de alterações na estrutura da educação básica do país ocorridas a partir de 31 de agosto de 2016, quando Michel Temer, aliado a setores do empresariado nacional, assumiu a presidência da República após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Nesse contexto, insere-se também a proposta de Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 2016, que restringiu em 20 anos os gastos com serviços públicos em saúde e educação.

É em meio a este cenário de divergências, em um movimento de retrocesso da democracia brasileira, que a reforma do Ensino Médio tem seu início, por meio da publicação da Medida Provisória nº 746/16, que, após tramitação no Congresso Nacional, se transformou na Lei 13.415/2017.

Este trabalho pretende apresentar os resultados das interpretações e ressignificações dos textos normativos da reforma do Ensino Médio pelos gestores, coordenadores de ensino, coordenadores pedagógicos e professores das escolas-piloto, no processo de implementação do Programa Novo Ensino Médio no Acre.

Desde que são elaboradas, até sua implementação nas escolas, as políticas educacionais são recontextualizadas, ou seja, traduzidas e transformadas pelos gestores educacionais, coordenadores pedagógicos, professores e demais profissionais da educação em vários momentos desse processo. Por recontextualização, entende-se o processo de apropriação dos documentos oficiais por meio dos quais os sujeitos escolares descontextualizam e atribuem sentidos adicionais, produzindo novas práticas discursivas e pedagógicas por vezes distintas das formulações originais (BERNSTEIN, 1996; 2003).

METODOLOGIA

Com vistas a alcançar os objetivos propostos, procedemos metodologicamente com uma pesquisa de campo juntos aos gestores, coordenadores de ensino, coordenadores pedagógicos e professores das dez escolas-piloto que iniciaram o processo de implementação do Novo ensino Médio no Estado do Acre no ano de 2019, regulamentadas pela Resolução CEE/AC nº143/2019. Todas essas dez escolas estão localizadas na capital Rio Branco, de modo que duas delas se encontram na zona rural da cidade. Das 8 escolas da zona urbana, seis localizam-se em bairros periféricos.

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados um questionário elaborado com 39 questões – objetivas e subjetivas – enviado via *google formulários* para o e-mail de 205 sujeitos das dez escolas-piloto, no dia 10 de setembro de 2021. Desse total de formulários enviados, obteve-se a resposta de apenas 41 deles, sendo 32 professores, 5 coordenadores pedagógicos, 2 coordenadores de ensino e 2 gestores, com representantes de todas as dez escolas. Para além do questionário, realizamos durante o mês de novembro de 2021 através do

google meet, 10 entrevistas semiestruturadas com roteiros previamente elaborados com os seguintes participantes: 1 gestor, 1 coordenador de ensino, 4 coordenadores pedagógicos e 4 professores.

Para tanto, o texto foi estruturado a partir das categorias de análise elencadas com base nas principais mudanças propostas para o Ensino Médio nos documentos normativos nacionais, com destaque para as categorias flexibilização curricular, protagonismo juvenil, projeto de vida e empreendedorismo. Assim, a partir dessas categorias, foram identificados nas respostas dos questionários e entrevistas realizados com os participantes da pesquisa, os códigos através dos quais foi possível captar movimentos de recontextualização.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A flexibilização curricular do Novo Ensino Médio e o falacioso discurso do protagonismo dos estudantes

Propalada como a possibilidade de que os estudantes sejam os protagonistas de seu processo de aprendizagem a partir da oportunidade de escolha do itinerário formativo que mais atenda a seus anseios e necessidades, a chamada flexibilização curricular aparece como uma das grandes mudanças do chamado “Novo Ensino Médio”.

Com vistas a apreender os sentidos que os participantes da pesquisa atribuíram ao termo “Flexibilização Curricular”, disponibilizamos durante a realização da entrevista o Art. 36 da Lei 13.415/17 que trata desta temática e pedimos que lessem e comentassem sua compreensão. As respostas dos 10 entrevistados foram as mais diversas e distantes do sentido original dos textos normativos oficiais, de modo que oito deles teceram fortes críticas ao respectivo modelo de currículo, ao passo que dois manifestaram uma incorporação apenas parcial da ideia de flexibilização curricular, concordando com seu discurso normativo, mas recusando-se em aceitá-lo, haja vista que a alteração curricular proposta reduz a carga horária de alguns componentes curriculares, prejudicando a atividade docente.

Com relação à forma como os itinerários formativos estariam sendo trabalhados na prática nas escolas, três dos 10 participantes responderam que foram realizadas várias atividades práticas, através das chamadas metodologias ativas. Os demais, não descartando tais atividades, pontuaram a dificuldade de materialização dos itinerários formativos devido à falta de compreensão da nova proposta e por causa do contexto de pandemia em que o “Novo Ensino Médio” foi implementado. Os principais desafios e dificuldades apontados no processo de implementação desta reforma foram o fato dos professores terem que se planejar para ministrarem conteúdo dos quais nunca tiveram formação, tendo que trabalhar vários componentes curriculares, e até mesmo em duas ou três escolas para poderem cumprir suas cargas horárias.

Com relação à participação da escola na escolha e construção dos itinerários formativos, 51,2% dos 41 respondentes do questionário afirmaram não ter havido participação. Em se tratando das chamadas disciplinas Eletivas, segundo os participantes estariam sendo ofertadas de 1 (uma) a 10, sendo que a maioria deles não soube informar quantas estariam sendo ofertadas e nem quais seriam. Dentre os que responderam, a variedade de Eletivas ofertadas totalizaram 38. A criação das Eletivas considerou basicamente a formação dos professores que as ministram, que são os professores que não conseguiram complementar sua carga horária na escola com a disciplina na qual ele tem formação.

Com relação à escolha das Rotas de Aprofundamento (nome atribuído aos Itinerários Formativos no Currículo do Novo Ensino Médio do Acre), a definição deu-se a partir das condições estruturais da Secretaria de Educação e das escolas e não efetivamente da escolha dos estudantes. As disciplinas Eletivas que estão sendo ofertadas nas escolas, que vão desde “Master Chef” até “Mundo Disney”, comprova a materialização de um dos grandes problemas desta reforma já assinalado pelos estudiosos e pesquisadores das políticas educacionais, e em especial do Ensino Médio (KRAWCZYK, FERRETTI, 2017; SILVA, SHEIBE, 2017; FRIGOTTO, 2017) que é o empobrecimento dos conteúdos ofertados às juventudes brasileiras.

O Projeto de Vida e o jovem empreendedor de si

Nos enunciados dos documentos normativos oficiais nacionais do Novo Ensino Médio não consta que o Projeto de Vida seja um componente curricular, muito menos um procedimento metodológico, mas uma “estratégia de reflexão sobre a trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante” (BRASIL, Resolução n° 03/18, Art. 5º, p. 2). Não por acaso, este acaba ganhando o status de componente curricular e com a maior carga horária de todos os componentes (240 h/a anuais) que contemplam a parte diversificada do currículo acreano e o único a ser ofertado em todas as séries do Ensino Médio, assim como Língua Portuguesa e Matemática.

Acerca da compreensão dos participantes da pesquisa sobre tal componente curricular, a maioria não considerou todas as dimensões que lhes são atribuídas nos enunciados dos documentos instrucionais da reforma, sendo possível perceber a seleção de algumas dimensões, com prioridade para a profissional. Foram diversas as atividades apresentadas pelas escolas, para o trabalho com o Projeto de Vida, dentre elas, maquetes, rodas de conversas, uso de tecnologias, cooperação, resiliência, dentre outros. A maioria dos sujeitos não soube informar como o Projeto de Vida é trabalhado no campo da prática e outros afirmaram que nada estaria sendo trabalhado.

Considerando que 90,2% dos participantes da pesquisa entendem o componente Projeto de Vida como sendo importante na formação dos jovens, e que metade desses participantes justificam essa importância pelo fato dos estudantes serem orientados na

“escolha” de suas profissões, é possível inferir que, imbuídos do discurso meritocrático neoliberal que responsabiliza inteiramente os estudantes pelos rumos de suas vidas, esses sujeitos parecem desconsiderar todas as dificuldades de ordem estrutural e econômica enfrentadas pela maioria dos estudantes das escolas públicas acreanas.

Considerando a estreita relação entre o componente Projeto de Vida e o eixo integrador *empreendedorismo* no Novo Ensino Médio, foi perguntado aos participantes se este estava sendo trabalhado na prática nas escolas e de que forma. A compreensão dos sujeitos foi de que, pelo fato de estarem em pandemia e da SEE/AC e escolas não terem firmado parcerias com empresas, o empreendedorismo estaria sendo trabalhado a partir de aulas teóricas. As atividades apontadas por algumas escolas estavam voltadas para realização de palestras com “empreendedores de sucesso” e “pessoas que conseguiram ser aprovadas no ensino superior”, para que estes fossem exemplos para os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a atual reforma do ensino Médio se deu de maneira impositiva, através de uma medida provisória, sem levar em consideração a participação efetiva das comunidades escolares e pesquisadores da área, mas sim dos anseios e necessidades dos Institutos e Fundações empresariais da educação, são inúmeras as críticas que lhes são apresentadas pelos sujeitos das escolas-piloto acreanas. Dentre elas ganharam destaque a criação de novos componentes curriculares sem que os professores tivessem formação para assumi-los, a descontextualização dos conteúdos abordados com a realidade dos estudantes, a falta de estrutura adequada nas escolas, a redução de conteúdos importantes para a formação básica dos alunos, a intensificação do trabalho docente e a ampliação das desigualdades educacionais.

O protagonismo juvenil não se materializou na prática escolar das escolas-pilotos como prescrito nos documentos, haja vista que os estudantes não tiveram oportunidade de escolha na definição dos componentes curriculares eletivos, muito menos nas rotas de aprofundamento a partir de seus anseios e necessidades. Seu sentido e finalidade distanciaram-se de seu sentido original, passando a ser compreendido pelos sujeitos escolares como a participação dos estudantes em atividades práticas através de metodologias ativas e projetos sociais, o que acabou por reforçar nos jovens uma falsa sensação de total domínio sobre suas escolhas.

A materialização do componente curricular Projeto de Vida no contexto pedagógico se efetivou através de “atividades práticas” com a finalidade de formar o sujeito empreendedor, apresentando forte relação com o desenvolvimento das competências socioemocionais, em especial a habilidade de ser resiliente diante dos problemas. O desenvolvimento dessas habilidades parece ser um dos focos centrais do Projeto de Vida, que aliado à redução da

formação científica dos estudantes que os possibilite compreender as relações sociais de produção responsáveis pelas desigualdades, inclusive educacionais, tem como objetivo uma formação voltada para a resiliência, a empatia, a docilização dos corpos e a disciplina.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, códigos e controle. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BERNSTEIN, Basil. A Pedagogização do Conhecimento: estudos sobre recontextualização. **Cadernos de Pesquisa**, v. 2000, n. 120, p. 75–110, nov. 2003.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF, Fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 21 de Novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma do ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Movimento-revista de educação**, n. 5, p. 329–332, 5 jan. 2017.

KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso J. Flexibilizar para que? meias Verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, p. 33–44, 2017.

SILVA, Ileizi. F.; ALVES, Henrique F.N. O Processo de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v.13, n.2, p. 262-284, maio/agos. 2020.

SILVA, Monica. R.; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e Lógica Mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 19, 9 ago. 2017.

